

# Da capacitação à captura - como a formação técnica virou vetor de submissão climática

Em junho de 2025, Brasil e França assinaram uma “Declaração de Intenções” para criar um Corredor Marítimo Verde entre os dois países. O texto, não vinculante, propõe metas ambientais comuns para o transporte marítimo, incentiva o uso de combustíveis “net-zero” e prevê a formação de comitês binacionais com articulação entre universidades, agências reguladoras, portos e empresas. Tudo sob a bandeira da cooperação climática.

À primeira vista, um acordo técnico e nobre. Mas, nas entrelinhas, ele escancara uma engrenagem muito mais profunda: a doutrinação técnica como instrumento de captura geopolítica. E o Brasil, mais uma vez, entra como território de aplicação – não como centro formulador.

Entre os pontos centrais do acordo está a “capacitação técnica” de agentes públicos, operadores, técnicos e gestores. O objetivo declarado é difundir boas práticas. Mas o que se difunde, de fato, é um pacote fechado de diretrizes, metas e ferramentas regulatórias formatadas por instituições europeias – e aceitas sem filtro pela burocracia nacional.

Ao aderir a esse modelo, o Brasil abre mão de pensar com os próprios critérios. Nossas políticas de infraestrutura, energia e transporte passam a ser moldadas por operadores formados para cumprir padrões internacionais. Não se trata de técnica neutra. Trata-se de formação orientada – com visão única e pressupostos intocáveis.

O resultado? Um Estado que se autolimita. Nossas agências adotam filtros ESG como dogma. Nossos portos aceitam regras de eficiência ambiental que excluem embarcações nacionais. E o país inteiro passa a operar sob a lógica da “adaptação”, mesmo quando essa adaptação compromete competitividade, segurança logística e independência operacional.

O mais simbólico: o Brasil entra no acordo como “parte voluntária”, mas quem coordena o comitê é o porto francês HAROPA. A assimetria é visível. A submissão, disfarçada de parceria. E a formação técnica, travestida de colaboração, vira canal de reengenharia institucional.

Capacitar, nesse contexto, não é transferir conhecimento. É moldar percepções. É alinhar o imaginário técnico a uma agenda externa, enquanto se cria a ilusão de progresso e modernização. A dependência passa a ser vista como excelência.

E tudo isso ocorre sem debate público, sem análise legislativa, sem qualquer senso de risco institucional. A classe política aplaude – sem perceber que está aceitando, em parcelas, a substituição da autonomia pela obediência.

O mais grave? Não são os critérios ambientais. É o fato de que, quando a ficha cair, talvez o Brasil já tenha perdido o comando – não apenas sobre suas rotas e seus portos, mas sobre a mente técnica de quem deveria defendê-los.

- **Capacitação técnica como instrumento de controle:** A formação de agentes públicos e operadores transfere um pacote fechado de diretrizes europeias, em vez de fomentar debate ou adaptação local, servindo como mecanismo de moldagem da agenda climática.
- **Disparidade de poder na governança do comitê:** Apesar de o Brasil figurar como “parte voluntária”, quem conduz as decisões é o porto francês HAROPA, revelando a coordenação externa e a subordinação estratégica.
- **Erosão da autonomia institucional :** A incorporação acrítica de filtros ESG e metas internacionais, sem análise legislativa ou transparência, restringe competitividade, logística e soberania operacional do país.

